



O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO ENSINO RELIGIOSO: A PROCURA DE UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Deyve Redyson; Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos

Universidade Federal da Paraíba- dredyson@gmail.com; Universidade Federal da Paraíba- mirirodrigues2@gmail.com

Resumo: Esse trabalho versa sobre as discussões de avaliação da aprendizagem no componente curricular Ensino Religioso com o objetivo de aprofundar as reflexões do ato de avaliação contemplando as possibilidades de desenvolvimento do aluno quando se refere às manifestações religiosas e não religiosas no contexto de diversidade cultural. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem pode ser utilizada a favor do processo educativo e do pensar em estratégias didático-metodológicas para apreensão de conteúdos elaborados pedagogicamente para determinados objetivos de aprendizagem. Portanto, concluímos que há uma necessidade de interação entre o professor e o aluno que possibilita levantar caminhos (meios) que construam mecanismos de compreensão da complexidade dos fenômenos religiosos, e não religiosos, do sagrado, transcendente, entre outros aspectos de natureza da diversidade cultural religiosa. Fazendo com que o aluno entenda e reflita o porquê está sendo avaliado, mostrando a importância do respeito e valorização do outro enquanto pessoa humana e cidadã, pois o conhecimento adquirido no Ensino Religioso não pode ficar restrito apenas no resultado de uma nota.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Ensino Religioso.

Introdução

Ao longo do processo histórico e cultural da educação somos conduzidos a avaliar e ser avaliados fazendo parte do nosso processo educativo, muitas vezes essas práticas são interpretadas e desenvolvidas de forma excludente e desigual interferindo em nosso desenvolvimento e até mesmo na aprendizagem, conhecimento e acúmulo de experiências dos alunos. O processo de construção de mecanismos de avaliação que possam partir de uma realidade escolar diversificada se estabelece em inúmeras circunstâncias que envolvem, além da escola, os meios pelos quais o professor se utiliza para implementar a avaliação, na qual, entendemos que se inicia na sala de aula e tem sua continuidade durante o tempo escolar. Hoje podemos dizer que o processo de avaliação escolar não se limita a uma nota, que representaria uma identidade da aprendizagem e sim que todo esse processo se relaciona e interagem com a formação humana do cidadão.

Essa nova visão de avaliação se constitui diante da interpretação de que a avaliação é um processo de aprendizagem, pois além dos alunos aprenderem os saberes eles desenvolvem a identidade, a autonomia, a confiança, o respeito e a valorização de si e do outro. Para isso, é



necessário saber o que é avaliar e como se deve avaliar para em seguida se pensar nos mecanismos de avaliação possíveis na escola hoje para que este processo não seja apenas uma repetição de estratégias equivocadas deste fazer pedagógico, isso deve ocorrer em todos os componentes curriculares inclusive no Ensino Religioso que por sua vez, se torna o processo de avaliação de aprendizagem ainda mais complexo por conta de uma perspectiva de diversidade religiosa e cultural presente dentro da sala de aula e impregnada na opção religiosa de cada aluno.

Dessa complexidade, emerge a reflexão do que é avaliar em Ensino Religioso? Se as estratégias de avaliação hoje, de alguma forma, estão superadas, quais os mecanismos possíveis para se realizar uma avaliação justa? A avaliação se dá apenas de forma restritiva com provas e trabalhos? Podemos pensar em metodologias de avaliação para o Ensino Religioso considerando outras perspectivas que possam nos levar a compreender a forma com a qual o processo de ensino-aprendizagem se demonstra ao aluno?

É nessa perspectiva que aqui levantamos as discussões da avaliação da aprendizagem quando nos direcionamos para o Ensino Religioso, uma vez que ela pode adquirir vários sentidos ao pensarmos, ao planejarmos e ao executarmos pedagogicamente as propostas didáticos-metodológicas nesse ensino. Para ampliarmos e embasarmos as nossas discussões acerca dessas questões recorreremos as concepções teóricas de Luckesi (1996 -2011); Hoffmann (2007); Grillo e Lima (2010), entre outros autores que contribuem para a construção de uma perspectiva dialógica no que diz respeito a avaliação da aprendizagem.

Esse artigo articula as discussões em dois campos reflexivos do (re) pensar a avaliação no Ensino Religioso que se debruça acerca das problemáticas que incluem os conteúdos a serem desenvolvidos nesse componente curricular que aponte para a não confessionalidade e que contemple as diversidades culturais religiosas e como a avaliação pode contribuir nesses aspectos e por fim, faremos uma reflexão de como pode ser considerado o ato avaliativo em um contexto de diversidade e diferença e quais as possibilidades de avaliação de aprendizagem quando nos referimos ao componente curricular Ensino Religioso.

2. (Re) pensando a avaliação no Ensino Religioso

O Ensino Religioso na sua dimensão de complexidade e de compreensão nos espaços escolares previstos pelas políticas públicas educacionais devem ser a conexão da promoção de valores culturais, reconhecimento da diversidade e do pluralismo religioso, bem como, as



imbricações com os estudos dos fenômenos religiosos, das práticas e das crenças que são consideradas em um contexto de diálogo intercultural nas práticas didático-pedagógico nas escolas. Nesse contexto das interpretações que as religiões como tradições são produtos culturais se fazem presente no campo das discussões desse componente curricular, também é parte desse ensino as reflexões do que se tornam comum e o que não é comum a todas as culturas religiosas ou não religiosas em uma perspectiva de um ensino não confessional.

Analisando esse encadeamento de artefatos de cunho pedagógicos para poder dar conta aos conteúdos diversificados no que tange as discussões da diversidade religiosa e considerando as espiritualidades encontradas nas demais tradições culturais como o Budismo, Hinduísmo e demais filosofias de vida que não tem uma única divindade cultuada, podemos afirmar, que o que compõe as discussões acerca da avaliação do processo de ensino e aprendizagem do Ensino Religioso ainda necessita atentar para o trabalho com a manifestação dos fenômenos religiosos, com suas compreensões e ademais com suas imbricações quer sejam filosóficas, psicológicas ou mesmo pedagógicas, e por isso, este processo de avaliação deve ser dar de forma extrusiva, isto é, demonstrada a partir do aluno em interação com o conteúdo apresentado.

Nessa perspectiva, é essencial refletirmos o que se exigir ao aluno nos conteúdos do Ensino Religioso. O que é aprender no Ensino Religioso. Como poderemos saber se os alunos aprenderam ou não os conteúdos? O que podemos considerar erros e acertos no Ensino Religioso? Quais são as metas a serem atingidas no trabalho educacional desse ensino? Que objetivos de Ensino e aprendizagem queremos com os alunos desse componente curricular? Para tal reflexão, é imprescindível elencar e subverter conceitos retrógrados que antes eram vistos como modelos avaliativos de cunho quantitativos que ainda hoje temos arraigados como instrumento, técnicas e procedimentos de avaliação da aprendizagem. Para Luckesi a avaliação é “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisões” (LUCKESI, 1996, p. 33). Esse juízo, no qual se refere o autor, pode bem revelar o que é ensinado é aquilo que deve ser apreendido, ou aquilo que é ensinado deve ser fonte de conhecimento de quem aprende, isto é, o processo de aprendizagem pode passar pela questão da avaliação, que em tese, deveria dizer o que foi apreendido do que fora ensinado.

Em Ensino Religioso a avaliação não deve ser encarada como um *mito*, e sim como um meio, veículo (via), que possibilite a interação entre o ensino e a aprendizagem conectada com a realidade cultural e da diversidade de manifestações religiosas na atualidade. Não se prevê aqui uma

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



série de conteúdos abordados em sala de aula que devem ser *provados* e sim uma reação perante os conteúdos. Esta ideia de avaliação, deve, então, passar por uma reação positiva de quem ensina para quem aprende em consonância no que deve ser valorizado como conhecimento.

No que diz respeito à avaliação, não estamos falando de prova, de teste, de conceito ou mesmo de tempo para responder questões, lugar ou características de não consultar seu material (direta ou indiretamente), tipo de escrita, cor de caneta etc. Estamos falando de um processo contínuo que se inicia no planejamento e na formulação de estratégias para o ensino. Uma forma de avaliação contínua. Aqui sim, neste modelo elaborado, autoritário, temos um mito. Conforme Hoffmann (2007):

Configura-se a avaliação educacional, a meu ver, um mito e um desafio. O mito é decorrente de sua história que vem perpetuando os fantasmas de controle e do autoritarismo a muitas gerações. A desmistificação, por outro lado, ultrapassa o desvelamento desta história e a análise dos pressupostos teóricos que fundamentam a avaliação até então. Parece-me necessário desestabilizar práticas rotineiras e automatizadas a partir de uma tomada de consciência coletiva sobre o significado desta prática. E esse um desafio que se tem que enfrentar. (P.23)

A avaliação do aluno é também, de alguma forma, a avaliação do professor. O mau desempenho (apreensão) do conteúdo pelo aluno é, também, de alguma forma o mau desempenho da forma que este conteúdo foi passado pelo professor. É a própria escola, a universidade que se avalia na avaliação de seu aluno. É a veemência do conteúdo que é percebida como necessária ou não a partir do próprio conteúdo exposto. Assim, se faz importante o professor (re) pensar suas práticas e suas intenções de avaliação dos alunos direcionando um novo olhar para avaliação em um processo de reconstrução e desconstrução de práticas avaliativas que a tomam como negativas, uma vez que ela é a mediação do processo de ensino e aprendizagem em uma compreensão dialética de desempenho do aluno, do professor e do contexto escolar.

O contato com professores de diferentes realidades educacionais (da educação infantil A universidade) leva-me a crer que a ação autoritária, exercida pela maioria, encontra-se explicada na sua concepção de avaliação como julgamento de resultados, reflexo do modelo de avaliação vivenciado enquanto educandos e dos pressupostos teóricos que embasaram seu curso de formação (HOFFMANN, 2007, p.23).

Os sintomas destacados por Hoffmann nos parecem uma realidade ainda atual, pois ao pensar os modos de avaliar nos encontramos diretamente ligados a um modelo que conhecemos por

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



ele ter sido aplicado em nós mesmos, isto é, é um, ou o único, referencial que temos como aluno que agora se torna professor. Se aplicarmos esse sintoma ao Ensino Religioso chegaremos a conclusões bem parecidas. Contudo, a avaliação não deve ser incorporada no processo educativo como destrutivo na construção humana, ela é um fator importante para percebermos o processo de ensino e aprendizagem com os conteúdos que se relacionam com o mundo que o cerca, não devendo assim ser reduzido apenas em exames escolares. Podemos até entender que a avaliação é um elemento diário na vida do professor que interage com seus alunos, que ao ouvi-los, ao interpretá-los os avalia, não com conceitos numéricos, mas com conceitos subjetivos.

Se levarmos em consideração que somos avaliados de várias maneiras e de vários sentidos o tempo todo nos âmbitos familiares, sociais e educacionais, esse ato de avaliar e ser avaliado a todo o momento da nossa vida é um processo de construção e reconstrução formativa da nossa maneira de ser e de agir no mundo. E no processo de ensino e aprendizagem não é diferente, pois entendemos a avaliação como um instrumento constante desse processo que adquire significado especial em busca da qualidade educacional que reflete no fazer pedagógico em situações do ensino e aprendizagem para o crescimento, o desenvolvimento, os avanços e os retrocessos no que se constitui na construção de informações e de conhecimentos dos alunos. De acordo com Grillo e Lima (2010):

As informações que a avaliação fornece, e aqui se está tratando de uma avaliação diagnóstica, têm forte impacto tanto para o professor como para o aluno. É por meio dos resultados da avaliação que o aluno toma conhecimento do estágio em que se encontra sua aprendizagem, do significado do esforço realizado e do que deixou de realizar e das consequências que tais fatos acarretam. (P. 17)

Nesse tocante, dando sentidos ao Ensino Religioso como uma área de conhecimento devemos ampliar a visão de que as atividades diárias nas escolas devem ser pensadas e consideradas como ato avaliativo de forma dinâmica que contemple as especificidades de cada aluno, de cada realidade escolar que dê significado ao ato educativo para ampliação e restabelecimento cujos conhecimentos sejam relacionados e coerentes a esse ensino. Entretanto, esse ensino entra em controvérsias nas estratégias avaliativas quando nos remetemos às políticas públicas de avaliação educacional brasileira, por meio de testes padronizados que influenciam no ato de planejar, de executar e de avaliar em todos os componentes curriculares, inclusive no Ensino Religioso. Como por exemplo, (Sistema de Avaliação da Educação Básica) implantado na década de 90 culminando

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) - Prova Brasil e Provinha Brasil.

Esses sistemas avaliativos têm como objetivo avaliar a educação brasileira contribuindo para a qualidade de ensino, mas quando nos referimos ao Ensino Religioso o que entendemos por qualidade de ensino nesses sistemas avaliativos? Uma vez que temos a compreensão das limitações de conteúdos que esses sistemas estabelecem por serem pensados de forma nacional e não tem a preocupação de considerar o contexto local que influencia o processo educativo dos alunos, e no Ensino Religioso as culturas regionais são de suma importância para apreensão e compreensão das diversidades culturais religiosas. Dessa forma, os conteúdos curriculares sobre as manifestações religiosas ganham autonomia própria no dizer e (re)dizer de si mesmos, isto é, no Ensino Religioso esta avaliação não poderá ser retirada do conhecimento ou do acúmulo de conhecimentos que o aluno terá, e sim, pautado na forma como encara a diversidade religiosa e cultural em sua sociedade, em sua sala de aula, em sua comunidade e enfim, em sua forma de ver e ler o mundo.

Nesse sentido, “o Ensino Religioso como componente curricular integrante e integrador do currículo necessita do processo de avaliação que deve ser entendido como um instrumento contínuo para aperfeiçoamento da prática pedagógica colaborando na crescente *busca do ser*” (GOMES, 2003, p. 126). Assim, é importante que a avaliação se reconstrua, se restabeleça nas realidades e nas mudanças sociais que conferem ao contexto escolar. Conforme, Soares e Stigar (2016, p. 141-142)

A escola é o espaço de construção de conhecimentos e, principalmente, de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. E, como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos que a ele queiram ter acesso. Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da escola, é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa.

Nessa proeza que os conhecimentos a serem construídos nos espaços escolares devem ser somatórios no processo de desenvolvimento do aluno, inclusive quando se direciona aos conhecimentos acerca do mundo que o cerca envolvendo os aspectos de natureza religiosa e socialização desses saberes e práticas. A vivência e a cultura dos alunos devem ser consideradas nos atos educativos, bem como nos atos avaliativos dos processos escolares quando nos remetemos ao componente curricular Ensino Religioso, uma vez que é importante estar presente e devem ser consideradas e respeitadas na avaliação da aprendizagem do aluno a sua filosofia de vida e como ele

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



se relaciona com o meio que vive. Essas questões são amplas e complexas para o campo da avaliação, pois requer uma compreensão coerente do que podemos considerar na avaliação do Ensino Religioso.

3. Como avaliar no Ensino Religioso?

A avaliação no Ensino Religioso deve começar pela não confessionalidade dos componentes curriculares, na utilização de exemplos e imagens de figuras ou personalidades religiosas, na efetiva roda de diálogos sobre os mitos, os fenômenos, as divindades, os conceitos de valores, de movimento, de beleza, de oração, de situação geográfica e etc. A avaliação também pode se balizar em atitudes, pois ao falar de diversidade religiosa falamos de mudança de comportamento consigo mesmo e com os outros, se educamos para a cidadania, sua avaliação deve partir também de meios da cidadania, como por exemplo, na educação das emoções, Segundo Hoffmann: “Avaliação é *movimento*, é ação e reflexão” (HOFFMANN, 2007, p. 52). Dessa forma, o Ensino Religioso requer dos alunos a compreensão do reconhecimento da sua história e do mundo que o cerca, portanto de acordo com Rodrigues (2015, p. 62);

O ato de falar sobre algo e de explanar a respeito de algum tema com a finalidade de torná-lo compreensível ou revelá-lo é, em si, um ato de interpretação que produz conhecimento sobre a coisa. Trata-se do movimento de lançar luz sobre algo que estava velado por uma aparência imediata. [...] Essa explicação externa sobre um fenômeno religioso permite que se produza um conhecimento sobre ele que o ordena em quadros mais ou menos claros, segundo seus 1) - índices; 2) - ícones/símbolos; e 3) - formas de apresentação. Daí que, após essa construção, chega-se a possíveis classificações (provisórias) das formas de religião, se individuais ou coletivas, se racionais ou mágicas, se pré-modernas, modernas ou pós modernas, se discursivas ou performáticas, dentre outros parâmetros (não tão fixos, nem tão oclusivamente binários), mas que proporcionam a construção cognitiva do que seja a diversidade religiosa. Pouco a pouco tal conhecimento permite a comparação, a identificação de similaridades e de rupturas entre os modos de religião e, por fim, a compreensão quanto ao que é contínuo entre as religiões e o que as distingue. Esse quadro sobre o fenômeno religioso é que torna possível a reflexão, a crítica e a formulação de opiniões sobre a religião.

O que queremos dizer, questionar, é como o aluno compreende? Como assimila os conteúdos e de que forma estes conteúdos lhe serão úteis na vida. Temos que lembrar que o Ensino Religioso é uma *formação humana*, uma formação para a cidadania, enquanto pessoa. O ato de aprender didaticamente com base nos aspectos de construção e formação para a vida em uma

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



continuidade de indivíduo se constituindo em sua singularidade e reconhecimento da pluralidade, uma formação pautada no que tem significado e o motive e que desperte o interesse para a ampliação do conhecimento. Assim, a avaliação da aprendizagem nesse seguimento de formação humana deve ser construída com bases metodológicas e estratégias de ensino que possibilitem ao aluno apreender de forma significativa o valor da formação enquanto pessoa. Para Luckesi (2012, p. 450):

A avaliação da aprendizagem, sob ótica operacional, em sua própria constituição, também está comprometida essencialmente com a Didática. A Didática, desde os gregos antigos, é uma mediação que, através de seus recursos metodológicos, torna viável o ensino, o que, conseqüentemente, viabiliza a aprendizagem satisfatória na escola (LUCKESI, 2012, p. 450).

Nesse sentido, é importante que a escola nas suas práticas educativas curriculares ao pensar na avaliação de aprendizagem no Ensino Religioso possam notar as múltiplas possibilidades de crescimento dos alunos e seu desenvolvimento e desempenho ao longo do processo educativo o qual faz parte. Conforme nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), elaborado pelo FONAPER (1997, p. 61) a avaliação no Ensino Religioso deve ser processual: “A avaliação parte sempre da concepção de ensino e aprendizagem. Nessa proposta a abordagem do conhecimento visualiza o Ensino Religioso como algo significativo, articulado, contextualizado, em permanente formação e transformação”. A partir das necessidades que cada trabalho educacional necessitar.

Uma das grandes problemáticas que dificulta a avaliação da aprendizagem nesse ensino diz respeito às legislações desse ensino em que versa na Lei de Diretrizes e Bases Nacional Brasileira – LDB de nº 9394/96 que sofreu alteração no ano de 1997, essa lei afirma que esse ensino é de matrícula facultativa para os alunos, porém é obrigatório esse componente curricular a ser ofertado nas escolas públicas. Nesse ensino, percebemos que há uma lacuna a ser superada por esse ensino, por não se ter uma identidade enquanto componente curricular e que há uma necessidade de construção educativa sólida que possibilite ao Ensino Religioso a ser pensado de forma comprometida e respeitosa nas escolas. Por isso, a interrogação do que deve ser avaliado, se conteúdos normativos ou se atitudes que contribuam para a formação humana.

Com isso, as discussões sobre avaliação da aprendizagem inclusive no Ensino Religioso se fortalecem nos desenvolvimentos de teorias que valorizam as habilidades e competências que dão



novos sentidos de avaliação escolar que não se limitam e que tenta ser coerentes com os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos pedagogicamente e articulados com um fluxo dinâmico e contínuo, estimulando as novas capacidades de compreensão crítica, criativa e de autonomia das competências dos alunos. Assim, o Ensino Religioso, pode recorrer além dos tradicionais métodos avaliativos como a formativa, a cumulativa, a diagnóstica, a somativa e a auto-avaliação¹, como também podem ser (re) pensadas de forma estratégica para que a dinâmica avaliativa seja refletida na teoria e na prática educativa diante das novas perspectivas de aprendizagem, inclusive, por exemplo, de determinados conteúdos que dizem respeito a religião, religiosidade, espiritualidade ou mesmo, espiritualidades não religiosas.

Essas novas concepções de desenvolvimento de aprendizagem se consolidaram com as teorias das Inteligências Múltiplas desenvolvidas pelo psicólogo Howard Gardner na década de 80, nas quais cada um de nós têm oito tipos de inteligências² e podemos desenvolver uma ou mais de uma dessas inteligências. Além disso, temos as teorias das Pedagogias das competências do sociólogo Philippe Perrenoud³ na década de 90, que parte do pressuposto das práticas abertas e coletivas que a aprendizagem do aluno pode ter, no qual a avaliação deve ser percebida em um espaço de dificuldades dessas aprendizagens e a escola enquanto espaço formador deve compreender que os saberes dos alunos são apreendido por outras vias não necessariamente nas escolas.

Essas novas possibilidades de fazer e refazer pedagogicamente o processo educativo devem ser elaborado com objetivos de aprendizagens em busca de potencializar os conhecimentos dos alunos, pois “a ação educativa não pode ser “qualquer ação”, mas a mais consistente para alcançar os objetivos estabelecidos” (LUCKESI, 2011, p. 57). É nesse sentido, que pensar na avaliação é pensar na forma da mudança que ela pode causar nos alunos e nos resultados do processo didático

¹ Ver SANTOS, C. R. **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática e vários autores**. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

² As oito inteligências Múltiplas são: a) Inteligência linguística: a capacidade de usar as palavras de forma efetiva, quer oralmente, quer escrevendo; b) Inteligência interpessoal: a capacidade de perceber e fazer distinções no humor, intenções, motivações e sentimentos de outras pessoas; c) Inteligência intrapessoal: o autoconhecimento e a capacidade de agir adaptativamente com base neste conhecimento; d) Inteligência lógico-matemática: a capacidade de usar os números de forma efetiva e de racionar bem. ; e) Naturalista – voltada para a análise e compreensão dos fenômenos da natureza (físicos, climáticos, astronômicos, químicos); f) Inteligência musical: Esta inteligência inclui sensibilidade ao ritmo, tom ou melodia e timbre de uma peça musical; g) Inteligência espacial: Esta inteligência envolve sensibilidade à cor, linha, forma, configuração e espaço; h) Inteligência corporal-cinestésica: perícia no uso do corpo todo para expressar idéias e sentimentos. Ver em: GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

³ PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**, Porto Alegre. Editora ArtMed, 1999. (83) 3322.3222



pedagógico da escola no pensar em si mesmo no processo de ensino e aprendizagem, conforme (Grillo e Lima, 2010, p. 20):

Os princípios aqui apresentados deixam clara a necessidade de coerência e de consistência entre os três elementos que se destacam, quais sejam, ensino, aprendizagem e avaliação. Mostram, portanto, que tanto professor quanto o aluno têm participação no processo avaliativo e são responsáveis pelo êxito alcançado.

Assim, compreendemos que a avaliação da aprendizagem não pode ser pautada apenas nas expectativas dos professores, ela deve ser ressignificada na compreensão dos alunos e no desenvolvimento dos mesmos, independente de quais recursos metodológicos e didáticos serão apropriados para isso, uma vez que não há fórmula para apreensão do conhecimento, cada aluno se desenvolve de forma diferente do outro e deverá estar pautado nisso que devemos ter o entendimento de que é válido que se caracteriza avaliação. Não podendo ser limitado deve proporcionar habilidades de aprendizagem e assim é que se estabelece a avaliação da aprendizagem e será dessa forma que deve ser compreendida no componente curricular Ensino Religioso.

4. Conclusões

Não chegaremos a uma conclusão do que seja avaliação, e nem pretendemos esgotar este assunto aqui, mas podemos apontar alguns sinais de como poderemos pensar melhor o processo de avaliação no Ensino Religioso se partirmos da compreensão das estratégias de ensino-aprendizagem embutidos em nossa sociedade que pode contribuir para adequarmos aos critérios que elencamos enquanto professor de Ensino Religioso para avaliarmos os alunos. Direcionando para os objetivos propostos e instrumentos avaliativos que o processo educativo exige, podemos ampliar as estratégias de avaliação nas perspectivas de todas as atividades observadas e elaboradas pelos alunos que podem ser consideradas nesse componente curricular.

Diante disso, partimos do pressuposto da necessidade da interação entre o professor e o aluno para a promoção e eficácia da avaliação de aprendizagem no que tange as compreensões de desenvolvimento das habilidades e compreensão dos conhecimentos buscando caminhos estratégicos para alcançar os objetivos de aprendizagens condizentes com as propostas didáticas metodológicas. Respeitando as individualidades e as particularidades de cada aluno como essenciais

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



para obtermos uma avaliação coerente quando nos referimos ao componente curricular Ensino Religioso.

Já que esse ensino requer uma amplitude maior do que significava avaliação de aprendizagem, pois possibilita levantar caminhos, meios que construam mecanismos de compreensão da complexidade dos fenômenos religiosos, e não religiosos, do sagrado, transcendente, entre outros aspectos de natureza da diversidade cultural religiosa. Para tanto, é preciso que o aluno entenda e reflita o porquê está sendo avaliado naquele determinado componente curricular mostrando a importância do respeito e valorização do outro enquanto pessoa humana e cidadã, portanto, o conhecimento adquirido no Ensino Religioso não pode ficar restrito apenas no resultado de uma nota e deve, portanto, estar vinculado a necessidades básicas do ser humano, como o respeito a diversidades sociais, étnicas, políticas e principalmente de crenças.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 10.639/03**, de 9 de Janeiro de 2003.

FONAPER, **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. São Paulo. Mundo Mirim. 2009

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GRILLO, M. C; LIMA, V.M. R. **Especificidades da avaliação que convém conhecer**. In GRILLO, M. C; GESSINGER, R. M (Org.). **Por que falar ainda em Avaliação?** Porto Alegre. Edipucrs. 2010.

GOMES, Suzana dos Santos. **A Avaliação no ensino religioso escolar: perspectiva processual**. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n.3, 2003, p. 124-128.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação. Mito e Desafio**. Porto Alegre. Editora Mediação. 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1º ed. São Paulo, Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem. Componente do ato pedagógico**. São Paulo. Cortez. 2011.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**, Porto Alegre. Editora ArtMed, 1999.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

RODRIGUES, Elisa. Ciência da Religião e Ensino Religioso. Efeitos de definições e indefinições na construção dos campos. Revista Rever, Jul./Dez 2015, p. 55-66.

SANTOS, C. R. Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática e vários autores. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. STIGAR, Robson. Perspectivas para o Ensino Religioso: A Ciência da Religião como novo paradigma. Revista Rever, Jan/Abr 2016, p. 137-152.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br